

MIRADOUROS E MODOS DE VER: LISBOA POR DIFERENTES PERSPECTIVAS

Carolina Anselmo

Doutoranda em Sociologia - Cidades e Culturas Urbanas | FCT | Universidade de Coimbra

e-mail: ccanselmo@gmail.com

Resumo

Este texto propõe uma reflexão sobre os modos de ver Lisboa e a produção das suas imagens e seus discursos. A partir do que se vê ou se imagina de três miradouros da cidade, propõe-se uma reflexão sobre o olhar vencedor e mítico do Estado Novo, as invisibilidades existentes na zona oriental da cidade, e o olhar do outro e para o outro que marca a ocupação da Mouraria. São visões distintas de uma cidade que está hoje no centro de muitos olhares e tem suas imagens e identidades sendo reconfiguradas ao longo do tempo. Nos interessa pensar as visibilidades e invisibilidades que se constroem, reconhecendo que sempre há muitos pontos cegos que não são abordados na análise.

Palavras-chave: modos de ver; visibilidades e invisibilidades; Lisboa

Os campos de visão

“*La vista llega antes que las palabras. El niño mira e identifica antes de hablar.*” Com tais palavras, John Berger abre seu livro *Modos de ver*¹ e nos coloca diante das potencialidades e pluralidades do olhar. Se é através da visão que primeiro entendemos nosso lugar no mundo, é também esse lugar que influencia nossa maneira de ver. Ou seja, haverá sempre interferências históricas, ideológicas e culturais definindo nosso olhar e a forma como significamos o que vemos. Consequentemente, a construção de imagens, suas descrições, suas interpretações e suas “traduções” também são influenciadas pelas nossas

1 Berger, John (2016) [1972]. *Modos de ver*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili. 165p.

referências. Usando como exemplo o quadro *La clave de los sueños*, do pintor surrealista René Magritte, Berger afirma que nem sempre haverá correspondência entre as palavras e a visão. O mundo que vemos é, portanto, diferente do que podemos descrever.

O autor escreve também que “toda imagem incorpora um modo de ver” (Berger, 2016[1972]). A imagem mostra, na verdade, como alguém viu alguma coisa. A pintura ou a fotografia nos revelam como o olhar de cada autor se manifesta através das escolhas sobre o que e como representar. Sousa e Angelo reforçam tal ideia quando afirmam que não há maneira objetiva de ver, uma vez que cada imagem carrega consigo a marca de quem a fez (Sousa, Angelo, 2008:169). O olhar é sempre condicionado e individual e influenciará a produção ou a leitura de uma imagem. Portanto, “uma imagem tem um caráter construído, criativo e autônomo que comporta uma parte de reconstrução, uma parte de interpretação do objeto e outra de expressão do indivíduo (Jodelet, 1989). Uma imagem é uma representação pessoal que pode variar de indivíduo para indivíduo.” (Peixoto, 2000: 103)

Aproximar da reflexão de Berger, que se desenvolve a partir do estudo de um conjunto de imagens artísticas, parece inspirador para pensar o modo como vemos as cidades e produzimos suas imagens, seus imaginários, seus discursos.

Definir ou conceituar a imagem da cidade não é uma tarefa fácil. Também dependerá dos modos como a vemos, interpretamos e comunicamos. Ainda mais difícil é pelo fato de que podemos observá-la a partir de muitas abordagens como nos sugere Sousa e Angelo: pela arquitetura, pelos espaços públicos, pelas pinturas, pelas fotografias e filmes, ou ainda por vias mais subjetivas que levam em conta o ponto de vista do usuário e as diversas relações visuais que se formam entre eles e o espaço que vivenciam. (Sousa, Angelo, 2008:161). Sendo assim, podemos entender que as imagens de um lugar são, conforme escreveu Paulo Peixoto ao citar Kotler, “uma simplificação de um vasto número de associações e de fragmentos de informação ligadas a um lugar.” (Kotler 1999: 141 *apud* Peixoto, 2000: 103)

As experiências visuais que as vivências dos espaços propiciam e vice-versa, constroem portanto, imagens mentais e individuais que são resultados de um modo de ver, pensar e orientar-se na cidade. “[C]ada cidadão constrói, mesmo que inconscientemente, a imagem da cidade que quer ter.” (Sousa, Angelo, 2008:163).

Imagens mentais e imagens materiais contribuem para a criação dos discursos e dos imaginários da cidade. Apesar do caráter individual, criam códigos e simbologias que, quando compartilhados, podem ser reconhecidos também como traços identitários. De acordo com Mendes,

As identidades emergem da narrativização do sujeito e de suas vivências sociais, e a natureza necessariamente ficcional deste processo não afecta a eficácia discursiva, material ou política da mesma.(Mendes, 2001: 491)

Tal discussão nos apoiará no olhar que propomos sobre Lisboa, cidade que ocupa hoje um lugar de grande visibilidade. Perceber os modos de ver essa cidade parece ainda mais interessante quando destacamos a presença marcante de seus muitos miradouros², que nos permitem explorar diferentes perspectivas. A partir deles, podemos ter uma visão panorâmica da cidade, revelando a beleza de sua paisagem como observou, já nos anos 30, José Sousa Gomes, autor do livro *Lisboa: da sua vida e da sua beleza*. Graça Índias Cordeiro (2007), ao analisar tal texto descreve que o autor observa a cidade sob pontos de vista de diferentes escalas que vão desde a panorâmica, reveladora da beleza do conjunto urbano, até uma visão mais detalhada de quem caminha e vê a cidade de perto, conseguindo assim, perceber a vida real que acontece no cotidiano das ruas. Nesse sentido, há uma diferença no modo de ver a cidade a partir de sua paisagem, apreendida de longe e de cima³ e ver a cidade de baixo, a partir dos seus espaços vividos⁴.

Estar em um ponto alto e privilegiado, que nos permite apreciar uma cidade bela, onde os monumentos se destacam e as vulgaridades desaparecem na homogeneidade de um conjunto, se entendidas como uma alegoria dos modos de ver, nos aproxima do que

2 Embora existam mais, são 19 os miradouros listados oficialmente no site da Câmara Municipal de Lisboa: Experiência Pilar 7, Jardim do Torel, Miradouro da Basílica da Estrela, Miradouro da Penha de França, Miradouro da Rocha de Conde de Óbidos, Miradouro da Senhora do Monte, Miradouro da Torre de Belém, Miradouro das Portas do Sol, Miradouro de Santa Catarina, Miradouro de Santa Clara, Miradouro de Santa Luzia, Miradouro de Santo Amaro, Miradouro de Santo Estêvão, Miradouro de São Pedro de Alcântara, Miradouro do Castelo de São Jorge, Miradouro do Monte Agudo, Miradouro do Padrão dos Descobrimentos, Miradouro do Panorâmico de Monsanto, Miradouro do Parque Eduardo VII de Inglaterra.

3 Ver também: De Certeau, Michel (2002), "Walking in the city", in Bridge, Gary & Watson, Sophie (eds.), *The Blackwell City Reader*. London, Blackwell, 385-392.

4 Segundo Milton Santos (Santos, 2009 [1996]) "paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão", ou ainda "paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam sucessivas relações localizadas entre homem e natureza", enquanto que "o espaço são essas formas mais a vida que as anima." (Santos, 2009 [1996], p.103). Lefebvre (2013) [1974] também entende o espaço como algo socialmente produzido. O espaço não existe por si só. Está integrado a prática social. O autor entende que existem três dimensões do espaço: percebido, concebido e vivido.

Walter Benjamin (2008) fala sobre a narração da história feita a partir de um olhar vencedor. Nesse sentido, modos de ver dominantes podem criar imagens, imaginários e memórias hegemónicas que invisibilizam espaços, vivências e realidades da cidade. Berger ecoa com essa leitura quando aponta que a arte e as imagens que produziu sempre serviram aos interesses ideológicos dominantes. Se pensarmos na pintura como imagens sobreviventes de realidades que se ausentaram, ou que serviram para representar outras que não podiam ser vistas de certos lugares (como no caso do registro das terras encontradas no período das navegações), veremos que a história foi construída por imagens que refletem um olhar dominante. Revela-se aqui o jogo de poder que pode existir nos modos de ver.

Partindo então do miradouro mais alto de Lisboa, o Panorâmico de Monsanto, de onde é possível a apreensão mais ampla da cidade, pretendemos desenvolver a ideia do modo de ver totalitário, glorioso e dominante. Esse talvez tenha sido um modo de ver marcante do Estado Novo, que tentou afirmar como marca identitária uma imagem vencedora da história do país, focando-se no passado das grandes expansões marítimas e “não vendo” ou tentando sobrepor tal imagem à realidade semi-periférica que Portugal ocupava.

Só vemos aquilo que olhamos. E olhar é um acto de eleição. Como resultado deste acto, o que vemos está a nosso alcance, embora não necessariamente a de nossos braços. Tocar algo é situar-se em relação a ele. (Berger, 2016:8)

A seletividade do olhar constrói, portanto, visibilidades e invisibilidades. É a partir do Miradouro Penha de França, um dos menos conhecidos de Lisboa e a partir do qual temos uma vista da cidade oriental, que propomos discutir as ocultações e ausências que se produziram na zona leste da cidade quando se iluminou uma parte específica da zona. Qual a visibilidade da sua memória industrial e da sua marginalidade social?

O lugar de pouca visibilidade, muitas vezes é o lugar da margem, periférico. Este quase sempre é associado ao lugar do outro. O olhar para o outro e do outro será, então, nosso último campo de visão. É do miradouro Senhora do Monte que vamos olhar para a Mouraria, local marcado pela presença de outros, sejam moradores africanos, latino-americanos ou, mais recentemente, outros europeus. Podem também ser outros que estão ali de passagem, a passeio, como turistas ou moradores portugueses que já não se encaixam

nas dinâmicas locais. Reconhecer e identificar o outro é também um processo de reconhecer e identificar a si próprio. De acordo com Ribeiro, “(...) a condição de visibilidade depende daquela de alteridade. O eu não existe sem o outro na cidade” (Ribeiro, 2009:185)

Lisboa ocupa hoje um lugar de grande visibilidade e atrai diferentes olhares. São os diferentes modos de ver Lisboa que nos interessa tratar nesse texto, sabendo que muitas são as perspectivas e que nem todas serão aqui abordadas.

Miradouro Panorâmico de Monsanto e as miradas dominantes e homogêneas

O Miradouro Panorâmico de Monsanto situa-se no parque de mesmo nome, que fica na serra caracterizada como a zona mais elevada de Lisboa, o que nos permite ter uma visão privilegiada sobre todas as direções da cidade e seus arredores quando lá estamos.

O edifício construído em 1968 teve vários usos até ser reconhecido e aberto ao público, em 2017, como um dos miradouros oficiais da Câmara de Lisboa. Com uso original de restaurante, posteriormente foi discoteca, sala para jogar bingo, espaço de escritórios, armazém de materiais de construção, até cair no abandono.

O parque onde se localiza o miradouro possui um histórico ligado ao período do Estado Novo. Apesar de ter sido idealizado no fim do séc. XIX, foi somente na década de 40 que foi implantado. A paisagem agrícola, que caracterizava a ocupação da serra até então, foi substituída pelo parque florestal, plantado artificialmente para ser o pulmão verde da cidade, seguindo a tendência dos parques que eram notados em outras cidades europeias.

O investimento em infra-estrutura durante esse período fazia parte da estratégia para mudar as condições de vida e a imagem de Portugal, visto como um país periférico que apresentava grande índice de analfabetismo, mortalidade, más condições de moradias, entre outras. Para fugir da imagem de “reles de si mesmo”, como fala Eduardo Lourenço, o país se afirma como centro imperial de suas colônias, e alimenta o processo de criação de outra imagem construída em cima de um passado de glórias referente às grandes navegações do século XVI. Portanto, o país era, simultaneamente, centro de um império colonial e periferia da Europa. Essa duplicidade da imagem e da representação do país é, para Boaventura de Sousa Santos, a chave para “alegada plasticidade, ambiguidade e

indefinição que o discurso mítico e psicanalítico atribue ao “caráter do homem português”. (Santos, 2011, p.23).

Eduardo Lourenço é um dos principais autores que problematiza as questões identitárias construídas nesse período através do que chama *psicanálise mítica*. O autor critica a forma como os portugueses forjaram as imagens⁵ de si próprios, principalmente durante o período do Estado Novo, usando a reconhecida produção literária moderna - que alcançou um estatuto mítico - para promoção de tal imagem. Muitas dessas obras falam do passado e dos feitos heroicos e contribuíram para a criação um discurso nacionalista de exaltação à grande nação.

Esse imaginário vitorioso e próspero foi reforçado com a construção de monumentos⁶, com a execução de obras de infra-estruturas⁷, com obras literárias, com produção de imagens. Em Lisboa podemos citar a reconstrução do Castelo de São Jorge, a construção do bairro de Alvalade, do hospital Santa Maria (maior edifício público nacional), do Monumento dos Descobrimentos, ou mesmo a própria construção do parque de Monsanto. A transformação da cidade era importante para que a visão sobre ela também se transformasse e reverberasse no presente a imagem gloriosa do passado.

O passado nunca está aí, esperando que o descubram, que o reconheçam como é. A história sempre constitui a relação entre um presente e seu passado. Em consequência, o medo do presente conduz a mistificação do passado. (Berger, 2016:11)

5 O autor determina duas classificações para as imagens: “uma diz respeito àquilo que, por analogia com o que se passa com os indivíduos, se poderia chamar <<esquema corporal>>, imagem condicionante do agir colectivo cuja leitura só à rebours pode ser feita, pois são os actos decisivos dessa colectividade que permitem induzi-la; a outra é de segundo grau e constituem-na as múltiplas perspectivas, inumeráveis retratos que consciente ou inconscientemente todos aqueles que por natureza são vocacionados para a autognose colectiva (artistas, historiadores, romancistas, poetas) vão criando e impondo na consciência comum.” (Lourenço, 2012 [1978]:18)

6 A construção dos monumentos ou visibilização dos existentes vem de encontro ao que Santos e Peixoto colocam sobre uma visão construída a partir da legitimação do poder colonial e como as dinâmicas de patrimonialização podem contribuir para manutenção das hegemonias de poder: “Os imaginários nacionais, além de promover uma hierarquia entre as nações que se constituíam, consolidaram homogeneidades culturais no interior de cada território de modo a favorecer elites dominantes. O patrimônio monumental expressou material e simbolicamente esse processo.” (Santos, Peixoto, 2013: 47).

7 A revista Visão n46, abril de 2018, apresenta registros fotográficos de muitas obras realizadas no período.

O discurso nacionalista mítico se constrói então, forjando e ocultando outros lados da história do país e da cidade⁸ e cria, como já colocado anteriormente, imagens e memórias homogêneas e hegemónicas que invisibilizam espaços, vivências, disputas e muitas das realidades da cidade. Define modos de ver, de interpretar e de imaginar não só o presente, como também o passado e o futuro. Voltamos, então, a Benjamin:

[n]unca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. (Benjamin, 1985a: 225).

Esse modo de ver totalitário e distante da realidade vivida se relaciona, metaforicamente, com a visão que temos do Miradouro Panorâmico de Monsanto. De lá temos uma mirada que pensamos ser de apreensão total da cidade, permitida pela alta posição de privilégio e poder que nos encontramos. Vemos uma cidade bela, onde podemos identificar o rio, as pontes, o aqueduto, alguns dos edifícios mais imponentes. Não vemos as pessoas e tantas outros detalhes. Temos a visão da cidade monumental que se destaca em meio a uma massa homogénia que, quando vista de perto, não se apresentará tão uniforme e harmoniosamente. Uma visão próxima da que constrói a cidade oficial/nominal inventada – e discrepante da cidade real que pode ser vista de baixo, das ruas - se pensarmos em paralelo a fala de Herculano citada por Boaventura Santos:

É preciso que o país da realidade, o país dos casais, das aldeias, das vilas, das cidades, das províncias, acabe com o país nominal, inventado nas secretarias, nos quartéis, nos clubes, nos jornais e constituído pelas diversas camadas de funcionalismos que é, e do funcionalismo que quer e há-de ser (Herculano, 1982 [1858], *apud* Santos, 2011:28)

Vendo o miradouro hoje, em estado decadente e arruinado, poderíamos, ainda usando a alegoria, mostrar também o desgaste desse modo de ver. A imagem e as identidades lisboetas já não se associam tão incisivamente ao seu passado como alimentou o Estado Novo. Tal afirmação se confirma se trouxermos para a discussão as disputas sobre as identidades que emergiram no processo de organização da Expo 98. Claudino Ferreira

8 No contexto da arte, Berger afirma que “[q]uando nos impedem de vê-la [arte do passado], nos privam de uma história que nos pertence. Quem se beneficia dessa privação? (...) A arte do passado está sendo mistificada porque uma minoria privilegiada se esforça por inventar uma história que, em retrospectiva, justifica o papel das classes dirigentes, quando tal justificação já não tem sentido nos termos modernos. E deste modo, inevitavelmente mistifica” (Berger, 2016:11)

(2005) expõe como houve uma recusa explícita e uma intenção de romper com os excessos da ideologia nacionalista construída pelo imaginário das expansões marítimas e que, a princípio, seria retomado pelo evento. Entretanto, nos anos 80 e 90 já era marcante no contexto das elites portuguesas uma vontade se equiparar aos países centrais da Europa⁹. As imagens identitárias do país e de suas cidades se reinventavam e se renovavam buscando sentidos mais cosmopolitas e futuristas, alinhados e comprometidos com as agendas globais, abrindo a cidade para uma internacionalização cultural e política. Essa construção não aconteceu sem conflitos e desacordos. O processo revelou, segundo o autor, uma disputa de imaginários concorrentes a respeito da nação.

As imagens e as identidades lisboetas talvez não sejam mais tão associadas ao seu passado mítico. São muitos os imaginários e as disputas simbólicas presentes na cidade. Mas, seria ainda, a construção das suas imagens resultados de um modo de ver que está alinhado à cultura dominante, produtora invisibilidades e reprodutora de barbáries?

Miradouro Penha de França e as miradas para os sobreviventes e invisibilizados

O Miradouro Penha de França é um dos miradouros oficiais menos visitados e conhecidos de Lisboa e proporciona uma visão para o lado oriental da cidade, mais especificamente para o Alto São João, Olivais, Chelas e Marvila. Sua configuração de largo, com dimensão discreta, quase não pode ser percebida ao lado da Igreja de igual nome. Tal ocultação nos aproxima de situações de invisibilidades presentes na história da zona leste de Lisboa e que interessa ao nosso olhar.

A intensificação da ocupação da zona oriental de Lisboa aconteceu junto com seu desenvolvimento industrial, que ganhou força no fim do século XIX e seguiu durante boa parte do século XX. A construção da estação de comboio de Santa Apolónia em 1860 e a proximidade ao Rio Tejo com sua margem portuária, proporcionaram condições favoráveis a esse tipo de ocupação.

9 O fim do regime colonial disputou uma esperança para atingir tal equidade, mas não se efetivou. Na década seguinte a entrada na Comunidade Económica Europeia renovou tal desejo. “(...)o discurso político dominante tem sido o grande agente da inculcação social da imaginação do centro: estar com a Europa é ser como a Europa” (Santos, 2011:24)

Junto com as indústrias, cresceu também o número dos moradores da região que, em grande parte, foram atraídos pelo trabalho nas fábricas. Nos anos 40 e 50, em resposta ao déficit habitacional e às inúmeras condições precárias de moradias existentes na cidade, sobretudo concentradas na zona oriental, cria-se uma iniciativa pública de construção de novos bairros.

Se, na primeira metade do século XX são as indústrias que impulsionam e marcam a expansão da cidade para leste, na segunda metade são as habitações construídas ou incentivadas pela iniciativa pública que caracterizam esse crescimento. O processo iniciou com as obras de Alvalade, seguiu com Olivais e Chelas culminou com a implantação do Parque das Nações, sendo este parte das transformações associadas à Expo 98.

Importante salientar que, apesar do coincidente caráter de produção habitacional, tais iniciativas têm características e objetivos distintos. Alvalade, Olivais e Chelas, que também possuem diferenças significativas entre si, surgiram para responder às demandas habitacionais e integrar melhor os residentes à malha urbana¹⁰. Já a construção do Parque das Nações se insere no projeto de internacionalização de Lisboa que tem a Expo 98 como impulsionadora do processo, após a integração do país na União Européia¹¹. Claudino Ferreira (2005) observou que o processo da exposição mundial poderia ir de encontro a ideia de “cidade do espetáculo” desenvolvida por Christine Boyer, quando percebe na fala dos planejadores urbanos a prevalência da preocupação em relação à imagem e aos valores estéticos dos espaços públicos sobre questões de ordem social ou de cidadania. (Ferreira, 2005:451)

A globalização do mercado e a vontade de inserir Lisboa num cenário de visibilidade europeu e internacional, levou a uma outra forma de pensar e projetar a imagem da cidade¹² uma vez que esta passa a integrar a outras funções e a outros públicos. A cidade como lugar de confluência de múltiplos fluxos, com importâncias geopolíticas, se converte em sujeito ou

10 Como colocado anteriormente, melhorar as condições de infra-estrutura era uma preocupação da gestão do Estado Novo que tinha intenção de reconfigurar a imagem periférica da cidade.

11 Aproveitou-se o momento de transformações para trabalhar também a relação da cidade com o rio através da reconversão das áreas portuárias degradadas e abandonadas resultantes do processo de desindustrialização que aconteceu após a década de 70

12 “No programa urbano da Expo’98, a arte, a arquitectura e o design cumpriam assim (...) uma função de produção de uma paisagem e um espaço público de forte pendor estético; e, em diálogo com os instrumentos publicitários e as estratégias de marketing, uma função de emblematização, de criação de uma imagem identitária e promocional da cidade para difundir interna e externamente.” (Ferreira, 2005:457)

produto de consumo, se tornando símbolos de promoção urbana, conforme salienta Martínez e Blanco. Os autores destacam ainda, que as transformações físicas urbanas envolvidas promovida pelo urbanismo, se inserem numa lógica de marketing das cidades e place branding, onde as identidades assumem papel importante tanto como ponto de partida para estabelecer uma estratégia de comercialização urbana. Ideia essa que se aproxima da imagem publicitária colocada por Berger (2016) [1972] que trabalha o objeto representado nas imagens como objeto de consumo e desejo.

Tal processo leva a algumas contradições e desigualdades que podem ser observadas na zona oriental da cidade e na qual algumas invisibilidades foram produzidas. Começamos por apontar que o processo da nova urbanização não olhou muito para seu entorno. Se o padrão de ocupação da área contígua a Expo era marcado pela situação de precariedade e marginalização social, a implantação do Parque das Nações vem ocupar a área com características de configuração oposta, voltadas para um público mais privilegiado da cidade espetáculo¹³ que se expõe como “cidade montra” (Pereira, 2013). A construção da nova imagem da Lisboa oriental emergia ao mesmo tempo que apagava ou se sobrepunha a imagem da Lisboa oriental marginalizada e pouco favorecida, revelando o entre a cidade (e sua construção simbólica hegemônica como lugar dos cultos e poderosos) e a não-cidade (e sua construção também simbólica como lugar dos mais frágeis, pobres e incultos), como nos fala Fortuna em sua análise sociológica sobre as cidades contemporâneas (2002). Ou ainda entre os espaços luminosos e espetacularizados (Santos, 2009) [1996]; Debord, 1997) que seriam espaços monumentais, publicitários e controlados, e os espaços opacos, relativos as áreas sem exatidão, não racionalizadas, onde normalmente vivem os pobres (Santos, 2009[1996]).

Destacamos que uma das consequências dos processos de reconfigurações da parte oriental de Lisboa foi a dissolução da imagem da cidade e do património industrial, que quase não teve fixação de sua memória, embora essa fosse uma marca simbólica significativa da ocupação de tal área no século XX. A decadência das indústrias impactou principalmente a área mais próxima ao Tejo, que teve sua densidade demográfica reduzida, bem como os espaços de sociabilização e integração das populações migrantes que, em

13Ver Debord, Guy; Abreu, Estela (1997), *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto. 237p.

outros tempos, eram atraídas para o local. Marvila, freguesia onde está situada essa área, passou a ser vista como um “cemitério de fábricas” e caiu numa relativa invisibilidade, como coloca Nunes e Siqueira (2011). As transformações do espaço disputadas pela Expo, acelera o desaparecimento do patrimônio industrial e reforçou tal apagamento.

Entretanto, os edifícios decadentes não desapareceram por completo. Suas ruínas sobreviveram ao abandono e ao desgaste do tempo, evidenciando o fracasso de um período e possibilitando a imaginação de um passado. Os fragmentos desse tempo que sobreviveram ao desaparecimento completo, seja ele reconhecido no que restou dos edifícios ou na memória das pessoas, funcionam como rastros dos quais fala Walter Benjamin. Ou são as imagens que relampejam, das quais fala Didi-Huberman, que “estão lá até mesmo para fazer reaparecer ou transparecer algum resto, vestígio ou sobrevivência (Didi-Huberman 2011[2009]:121). E são essas imagens vestígios, essas imagens sobreviventes, que são capazes de despertar a vontade de preservar, reinventar e reescrever a memória desse tempo.

A imagem é um operador temporal de sobrevivências - portadora, a esse título, de uma potência política relativa a nosso passado como à nossa “atualidade integral”, logo, a nosso futuro -, é preciso então dedicar-se a melhor compreender seu movimento de queda em nossa direção, essa queda ou esse “declínio”, até mesmo essa declinação, que não é, por mais que Pasolini o tenha temido em 1975, seja o que for que pensa Agamben hoje, desapareção. (Didi-Huberman 2011[2009]:119).

Alguns processos de reocupação e reescrita da vida de Marvila tem emergido nos últimos anos. Reativando a vida cultural e social no bairro, rememorando seu passado industrial através da ocupação das antigas fábricas ou estabelecendo relação com seus moradores. Como exemplo podemos citar o evento denominado Lisboa Capital do Nada, a ocupação da Fábrica Braço de Prata que, apesar de muitos contratemplos¹⁴, segue aberta desde 2007. A presença dos bairros sociais ganha visibilidade com as pinturas das empenas cegas dos edifícios de habitação social e suas sociabilidades com as programações que acontecem na Sociedade Musical. Dessa forma, a área que caiu em uma invisibilidade durante algum tempo, volta a ser vista. De outro modo, por outros olhos. Mas evidenciando que não foi o património e a simbologia do lugar que quase desapareceram, mas sim o

14 Desde que o espaço começou seu funcionamento como local de atividades culturais, já recebeu muitas multas, chegou perto de fali e sofreu muitas ameaças de encerramento.

desejo de vê-los¹⁵. Em sua subjetividade, a imagem da cidade se constrói pela maneira como vemos e percebemos os diferentes coletivos relacionados a essa cidade, concordando aqui com Martínez e Blanco (2010).

Não podemos negar, portanto, que essa reocupação e reescrita dessa história pode acontecer hoje, justamente pelo fato do local ter ocupado um lugar de invisibilidade, de não ter sido alvo dos olhares do capital que transforma hoje as cidades seguindo modelos globalizados estipulando outras simbologias e valores. Talvez seja sua invisibilidade que tenha permitido sua sobrevivência ao invés da sua destruição e apagamento completo. Ecoando com Myrian Santos e Paulo Peixoto, “as zonas de sombra que permitem contestar as relações hegemônicas” (Santos, Peixoto, 2013:64). Ou ainda, sejam os relampejos das imagens sobreviventes que criam rastros e permitem a sobrevivência aos holofotes, para usar de novo as alegorias de Benjamin e Didi-Huberman.

Contrapomos assim a área de Marvila e do Parque das Nações, ambos lugares parte da zona oriental da cidade, uma opaca, outra mais luminosa (Santos, 2009[1996]). Revela-se aqui que as imagens, os imaginários, os modos de ver e vivenciar a cidade podem ser muitos e são construídos nos seus jogos de visibilidades e invisibilidades.

É do miradouro Penha de França, tão escondido, discreto e quase invisível na cidade, que podemos ter essa visão do território. É a partir de lá que revelamos o nosso desejo de ver. O desejo do que ver e como ver, reconfigurando, assim, nosso jeito de olhar e abrindo nossa imaginação para a construção de um devir.

Miradouro Senhora do Monte e as miradas para os outros e dos outros

Em uma área mais central de Lisboa, no alto do monte de São Gens, está o Miradouro Senhora do Monte. Além das agradáveis sombras que as árvores locais proporcionam, encontramos por lá a capela Nossa Senhora do Monte, reconstruída após o terremoto do século XVIII, e uma das melhores vistas panorâmicas da cidade, sobretudo em relação ao Castelo de São Jorge e a Mouraria.

15 Lembramos aqui da metáfora proposta por Didi-Huberman: “(...) não foram os vaga-lumes que foram destruídos, mas algo de central no desejo de ver - no desejo em geral, logo, na esperança política - de Pasolini.” (Didi-Huberman, 2011 [2009]:59)

É a visão sobre este último lugar que nos interessa abordar. O nome do bairro da Mouraria tem sua origem associada a expulsão dos Mouros para fora da antiga muralha do castelo, quando houve a reconquista cristã do território em 1147. Cria-se ali o gueto dos mouros, a Mouraria. Embora a história aqui esteja colocada de forma muito rasa e superficial, podemos dizer que a origem do bairro se dá em um terreno que não se integra à cidade. A mouraria era um lugar de fora, marginal, periférico. Um lugar daquele que não partilha valores individuais ou coletivos que lhes permitisse fazer parte da cidade. Um lugar *do outro*.

Essa imagem de área marginal se relacionou com o bairro em diversos tempos. Na década de 80 e 90 do século XX, a Mouraria era associada à um lugar de tráfico, uso de drogas, prostituição e violência. A degradação da área, que podia ser vista no estado de decadência das suas edificações e na falta de apoio a população excluída que ali residia, tornou a Mouraria um lugar de invisibilidade, para o qual a cidade volta suas costas. O que o levou o bairro a ter um baixo custo de vida e se tornar atrativo para imigrante provenientes de diferentes origens: desde trabalhadores das áreas rurais até pessoas dos países africanos de língua portuguesa, da China, de Bangladesh, entre outros.

A imagem e a identidade do bairro se constroem, então, a partir dessa presença de *outros*. Um local de aparência estrangeira, de conotação étnica, para usar os termos de Nuno Domingues.¹⁶ Entretanto, nos últimos anos muitas foram as iniciativas, tanto de cunho público quanto privado, para mudar a realidade e a imagem de lugar decadente e perigoso associada à Mouraria. Houveram reabilitação de edifícios e espaços públicos, surgiram novos comércios, atividades culturais e de lazer, promoveu-se o turismo no bairro e realizaram-se projetos sociais e de integração para os moradores. As transformações desses diversos espaços trouxeram consigo, novos públicos para o bairro, dentre eles alguns jovens portugueses atraídos pela imagem de lugar onde podia-se viver dinâmicas de aldeias dentro de uma grande cidade. Nesse processo, muitas marcas do passado exposto acima se perderam, embora ainda haja alguns vestígios e algumas imagens sobreviventes que sustentam parte da memória e da presença de diversas culturas que caracterizaram o local.

16 O autor identifica outros pontos da cidade como tais marcas, dentre elas, Marvila, mais especificamente na zona de Chelas, áreas citadas no ítem anterior. Ver em Marques, M. Margarida (ed.) (2014). Lisboa multicultural. Lisboa: Fim de Século. 492 p.

Os processos de integração do imigrante e do reconhecimento de sua cultura nos abrem caminhos pensar a presença do *outro* em Lisboa. Inocência Mata (2014) nos chama atenção para a diferença entre tolerância e aceitação em relação a presença do *outro* em contraponto à sua agregação. Para ela, a noção de tolerância e aceitação está imbuída de uma ideia perversa pois um grupo minoritário será reconhecido por outro majoritário não como realização de um dever, mas como um ato de generosidade. O que a autora propõe é substituição da tolerância pelo reconhecimento do direito do outro à diferença (Mata, 2014:13). É uma proposição que merece atenção quando estamos diante de uma cidade como Lisboa que, conforme coloca Francisco Carvalho (2014)¹⁷, se reconhece na confluência e na disputa das imagens da cidade alfacinha, africana e da diversidade.

Afirma-se que a diversidade e a presença de diferentes culturas é muito marcada na cidade e, se consideramos que “(...) o indivíduo forma a sua identidade não na reprodução pelo idêntico oriunda da socialização familiar, do grupo de amigos, etc., mas sim do ruído social, dos conflitos entre os diferentes agentes e lugares de socialização” (Mendes, 2001:490), a presença do *outro* ganha mais um significado quando olhamos para Lisboa. Irá ser uma categoria para pensar a sua identidade, sendo que esta se dá a partir da maneira como vemos o *outro* e como somos vistos por ele. Voltando a John Berger, “[n]unca olhamos só uma coisa; sempre vemos a relação entre as coisas e nós mesmos” (Berger, 2016:9)

Entretanto, não é apenas vendo as diferenças entre o *eu* e o *outro*, entre as muitas culturas, que as identidades¹⁸ lisboetas se constroem. O encontro de culturas também transforma as dinâmicas que se contaminam e se reconfiguram. Quando as diferenças coexistem, e fazem parte de um mesmo corpo, podemos reconhecer a presença de uma sociedade multicultural.

(...) o multiculturalismo emerge enquanto estratégia que responde a exigência de reconhecimento das identidades culturais minoritárias sem configuração regional no conjunto nacional, mas que reivindicam o estatuto de pertencimento ao corpo nacional. (Mata, 2014:11)

17 Ver em Marques, M. Margarida (ed.) (2014). Lisboa multicultural. Lisboa: Fim de Século. 492 p.

18 Ver Hall, Stuart (2005 [1992]). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.102p.

Importante salientar que, essas coexistências de multiculturas¹⁹, de multirraciedades, não acontecem sem conflitos, como tentou forjar, por exemplo, o discurso do harmônico lusotropicalismo e da ausência de preconceitos.

Em Lisboa, são muitas as dinâmicas que podem contribuir para a caracterização da cidade como lugar que acolhe o encontro de muitas culturas. Especificamente na Mouraria, percebemos as marcas das diversas etnias nos comércios locais, nas comidas, nas músicas, nos eventos que ali acontecem. Alguns processos sociais que atravessam aquele espaço, como por exemplo, o Festival Todos²⁰, a Cozinha Popular da Mouraria²¹, o crescente número dos alojamentos locais ou de novos moradores ou investidores estrangeiros (sobretudo franceses), podem nos revelar como as muitas identidades do lugar são construídas ou reconfiguradas e como a urbanidade se transforma a partir desse encontro da diferença e da diversidade.

A presença da multiculturalidade também pode ser lida como uma estratégia de promoção da cidade, um produto a ser consumido, uma vez que “(...) sabe-se que o mercado está atento à rentabilização da diferença, ou da transformação da diferença num “argumento de venda” (Semprini, 1999: 141).” (Mata, 2014:7). Lisboa vem se abrindo para o outro com sua inserção no mercado global e criando estratégias para atrair investidores, novos moradores e turistas. O cosmopolitismo buscado, também se beneficia da imagem multicultural. Em consequência, emergem alguns conflitos, contradições e dificuldades. A começar pela pergunta: quem são *os outros* de Lisboa hoje? Os turistas? Os imigrantes? Os filhos dos imigrantes, já nascidos em território português que não se sentem ou não foram agregados? Os idosos que não se inserem nas novas dinâmicas urbanas?

Inocência Mata afirma que Portugal nunca viveu antes um momento com tamanha diversidade cultural e étnica e ao olhar para Lisboa vemos o reflexo de tal fato. Levantamos aqui a questão se essa cidade multicultural que está sendo comercializada não estaria contribuindo para uma segregação ao invés de construir de fato uma real coexistência de diferenças. Quando olhamos para a rua Poço dos Negros, por exemplo, vemos que comunidade cabo-verdiana que já foi marcante ali, está se deslocando integralmente para

19 Ver discussão sobre o multicultural feita por Homi Bhabha.

20 Ver mais detalhes em: <http://festivaltodos.com/intro/home>

21 Ver mais detalhes em: <http://festivaltodos.com/intro/home>

outras áreas, e dando espaço para dinâmicas mais alinhadas com as estéticas de uma cidade mais moderna. Quando olhamos para os bairros típicos, principalmente os mais centrais, vemos antigos moradores cedendo compulsoriamente suas habitações para turistas que se hospedam nos alojamentos locais que ali se instalam e se tornam mais rentáveis aos proprietários. Será que estamos diante de um processo onde mais uma vez uma cidade luminosa se impõe sobre uma cidade opaca (Santos, 2009 [1996])? Ou será que de fato estão sendo construídas condições para que as diferenças e as multiculturas coexistam?

Voltando então ao início do texto lembramos que o lugar do *outro*, na formação inicial do território da Mouraria é um lugar fora, geograficamente periférico. Hoje, essa periferia não necessariamente é geográfica, mas o lugar do *outro* talvez continue sendo um lugar marginal, seja lá qual for esse *outro*.

A visão que temos sobre esse território, seja a partir de um lugar central e privilegiado, como podemos reconhecer na alegoria do Miradouro Senhora do Monte, ou num lugar periférico, ocupando a posição de um *outro*, precisa de um esforço para ser ampliada. Precisamos olhar para tal questão e tentar entender se essa Lisboa multicultural é mais plural e democrática ou se é apenas mais conservadoramente cosmopolita, para usar os termos de Fortuna (2014). O encontro cultural precisa ser também político e acompanhado de novas maneiras para se pensar a cidadania para que seus mais diferentes atores tenham o direito de estar e existir na cidade.

Notas Finais

São muitos os modos como podemos olhar e ver Lisboa: de perto ou de longe, de cima ou de baixo, de dentro ou de fora, a partir do norte ou do sul, do ocidente ou do oriente. Podemos ter um olhar histórico ou centrado na atualidade. Podemos reconfigurar olhares. São, portanto, muitos as imagens e imaginários que podemos construir sobre ela. Muitos são os estudos feitos sobre a cidade, mas a visibilidade que a cidade ganhou nos últimos anos nos parece abrir ainda outros campos de estudo e outras possibilidades de exercitar nosso olhar sobre ela. Graça Índias Cordeiro fala que _

[a] forma como a cidade e o seu povo têm sido olhados e descritos por estes olisipógrafos tem contribuído, sem dúvida, para a criação e sedimentação de todo um simbolismo e imaginário urbano que participam do modo como a cidade se faz, no seu quotidiano – tanto a nível da sua percepção e experiência sensível, das suas práticas de relacionamento social e comunicacional, como até ao nível, inclusivamente, de muitas decisões políticas, económicas, urbanísticas. (Cordeiro, 2007, parágrafo 3)

Embora a reflexão feita nesse texto tenha sido a partir de miradouros que nos permitem apenas um olhar do alto, mais distante das vivências cotidianas, entendemos que, ainda assim, podemos perceber como os modos de ver, de interpretar e de comunicar podem interferir na produção do espaço²² da cidade, na construção de sua memória e das suas identidades. Ver e imaginar a cidade não é um exercício novo. Mas, talvez seja uma forma de encontrarmos meios para responder a necessidade, da qual fala Carlos Fortuna, “de se desenharem novos <<mapas cognitivos>> (Jameson, 1998) como forma de sustentar identidades e subjetividades significativas [que] é um dos maiores desafios da cidade e da cultura urbana contemporânea. (Fortuna, 2001:424)

Referências bibliográficas

Benjamin, Walter (2008), *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo, Brasiliense

Berger, John (2016) [1972], *Modos de ver*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili. 165p.

Cordeiro, Graça I. (2007), “Entre a rua e a paisagem. Reflexões em torno da urbanidade de Lisboa”. *Ler História* [online], 52. Acesso em 29/06/2108. Disponível em: /

<https://journals.openedition.org/lerhistoria/2520>

De Certeau, Michel (2002), “Walking in the city”, in Bridge, Gary & Watson, Sophie (eds.), *The Blackwell City Reader*. London, Blackwell, 385-392.

Debord, Guy; Abreu, Estela (1997), *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto. 237p.

²²Leia-se aqui espaços vividos, concebidos e representados (Lefebvre, 2013)

Didi-Huberman, Georges (2011 [2009]), *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Belo Horizonte: Editora UFMG.160p.

Ferreira, Claudino (2005), *A Expo'98 e os imaginários do Portugal contemporâneo. Cultura, celebração e políticas de representação*. (Tese de doutoramento). Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Fortuna, Carlos (2001), "A cidade do lado da cultura: espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural", in. Santos, Boaventura. *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto: Edições Afrontamentos

Fortuna, Carlos (2002), "Culturas Urbanas e Espaços Públicos: Sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 125 – 150. Acesso em: 01/11/2017. Disponível em:
<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/63/RCCS63-123-148-Carlos%20Fortuna.pdf>

Fortuna, Carlos (2014), "Lisboa Multicultural", *Sociologia, Problemas e Práticas* [online], 82 | 2016, p.167-170. Acesso em 29/06/2108. Disponível em:
<http://revistas.rcaap.pt/sociologiapp/article/view/9463/7171>

Hall, Stuart (2005 [1992]), *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.102p.

Lefebvre, Henri (2013) [1974], *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing. 451p.

Lourenço, Eduardo (2012) [1978], *O labirinto da saudade : psicanálise mítica do destino português*. 8ª ed. Lisboa: Gradiva. 180p.

Mendes, José M. (2001), "O desafio das identidades" , in. Santos, Boaventura. *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto: Edições Afrontamentos

Mata, Inocência (2014), Estranhos em permanência: a negociação da identidade portuguesa na pós-colonialidade. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, v.4, n1, p.5-34. Acesso em 29/06/2108. Disponível em:
<http://www.seer.ufu.br/index.php/criticassociedade/article/view/26988>

Martínez, Norberto; Blanco, Miguel (2010), "Marketing de ciudades y "places branding"", *Pecvnia Revista*, n 2010, p.123-149. Acesso em: 29/06/2018. Disponível em:

<http://revpubli.unileon.es/index.php/Pecvnia/article/view/767>

Marques, M. Margarida (ed.) (2014), *Lisboa multicultural*. Lisboa: Fim de Século. 492 p.

Minder, Raphael (2018, May 23), Lisbon is thriving. But at what price for those who live there?. *New York Times* [online]. Acesso em 29/06/2108. Disponível em:

<https://www.nytimes.com/2018/05/23/world/europe/lisbon-portugal-revival.html>

Moreira, Cristiana (2017, Setembro18), O Panorâmico de Monsanto reabriu. Já não é um restaurante mas faz jus ao nome: é um miradouro. *Público* [online]. Acesso em 29/06/2108.

Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/09/18/local/noticia/ha-um-miradouro-devolvido-a-cidade-e-monsanto-estao-ao-centro-1785882>

Nunes, João; Sequeira, Ágata (2011), "O Fado de Marvila. Notas sobre a origem citadina e o destino metropolitano de uma antiga zona industrial de Lisboa." *Fórum sociológico*. Série 3. p.33-41. Acesso em 29/06/2108. Disponível em:

<https://journals.openedition.org/sociologico/382>

Peixoto, Paulo (2000), "Gestão estratégica das imagens das cidades: análise de mensagens promocionais e de estratégias de marketing urbano". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56, 99-122.

Peixoto, Paulo (2017), "A linguagem consensual do património", in Duarte, Maria T.; Sotratti, Antônio (ed). *Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural: Identidades, usos e ideologias*. Ed 1, 137-149. São Paulo: Annablume Editora (co-editado pela Imprensa da Universidade de Coimbra).

Pereira, Ana (2013), *O Parque das Nações em Lisboa: uma montra da metrópole à beira-Tejo*. (Tese de doutoramento). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Ribeiro, Rita (2009), "Um roteiro de visibilidade e invisibilidade na cidade. Observatorium: *Revista eletrônica de geografia.*, v.1, n.1, p. 185-196. Acesso em 29/06/2108. Disponível em:

<http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/1edicao/UMROTEIRODEVISIBILIDADEEINVISIBILIDADEADENACIDADE.pdf>

Santos, Boaventura (2011), *Portugal, ensaio contra a autoflagelação*. Coimbra: Almedina.160p.

Santos, Milton, (2009) [1996], *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ed. São Paulo: Hucitec. 384p.

Santos, Myrian Sepúlveda dos e Peixoto, Paulo (2013), “Patrimônios mundiais: fragmentação e mercantilização da cultura”. In Pontes, Geraldo (Org.), *Cultura, memória e poder*, Rio de Janeiro: EdUERJ.

Souza, Lillian Andreza dos Santos e de Angelo, Roberto Berton (2008), “Cidades (in)visíveis: imagens, caminhos, fotografias e representações”. *Discursos Fotográficos*, n.o 5 (15 de dezembro): 159-178. Acesso em 29/06/2108. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/1930>

Site Câmara Municipal de Lisboa . Miradouros. Acesso em: 29/06/2018. Disponível em:

<http://www.cm-lisboa.pt/visitar/lazer-entretenimento/miradouros>

Site Cozinha Popular da Mouraria. Acesso em: 29/06/2018. Disponível em:

<http://cozinhapopularmouraria.org/>

Site Festival Todos. Acesso em: 29/06/2018. Disponível em:

<http://festivaltodos.com/intro/home>

Site Turismo de Lisboa. Acesso em: 29/06/2018. Disponível em:

<https://www.visitlisboa.com/>